

**I INTERNATIONAL EXPERIENCE
PERUGIA - ITÁLIA**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM TEMPOS DE CRISE
AMBIENTAL II**

MARIA CLAUDIA DA SILVA ANTUNES DE SOUZA

VALMIR CÉSAR POZZETTI

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuitiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

M943

Mudanças Climáticas Em Tempos De Crise Ambiental II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Maria Claudia da Silva Antunes De Souza, Valmir César Pozzetti. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-090-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Inteligência Artificial e Sustentabilidade na Era Transnacional

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Internacionais. 2. Mudanças Climáticas. 3. Crise Ambiental. I International Experience Perugia – Itália. (1: 2025 : Perugia, Itália).

CDU: 34



I INTERNATIONAL EXPERIENCE PERUGIA - ITÁLIA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL II

Apresentação

APRESENTAÇÃO

A I International Experience – Perugia – Itália, realizada na histórica Universidade de Perugia, em parceria com o CONPEDI e o Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI, entre os dias 28 e 30 de maio de 2025, representou um marco significativo no fortalecimento do diálogo científico internacional em torno dos desafios socioambientais contemporâneos.

O presente conjunto de trabalhos, apresentados no Grupo de Trabalho “Mudanças Climáticas em Tempos de Crise Ambiental II” durante o CONPEDI – Perugia 2025, reflete o esforço coletivo e interdisciplinar de pesquisadores(as) vinculados a distintas instituições brasileiras na construção de respostas jurídicas frente à crise climática global. Reunindo diferentes abordagens teóricas e metodológicas, os textos apresentados contribuem para o fortalecimento da governança ambiental, da justiça climática, da democracia participativa e da promoção dos direitos fundamentais em contextos de emergência ecológica.

As temáticas abordadas abrangem desde a regularização fundiária urbana em Áreas de Preservação Permanente (APPs), passando pelas transformações nas relações de trabalho diante dos eventos climáticos extremos, até a análise da gestão das águas como direito fundamental, sob uma perspectiva comparada entre Brasil e Itália. O protagonismo da educação para a sustentabilidade, da ecocidadania digital e da inovação tecnológica, por meio de contratos inteligentes baseados em blockchain, também se destaca, evidenciando a transversalidade e a complexidade dos temas enfrentados.

Destacam-se, ainda, estudos que abordam a regulação ambiental e a responsabilidade do Estado na fiscalização de tecnologias de mitigação climática, com especial atenção à captura e ao armazenamento de carbono; a violação de normas socioambientais na região da Amazônia Legal, evidenciada pelo caso da rodovia BR-319 e seus impactos sobre os direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; destacando a necessidade de se compatibilizar a economia circular com o futuro verde na Amazônia e, ainda, a criação e a importância do Fundo Amazônia e a contribuição dos países partícipes do Fundo, que possui natureza jurídica de Tratado internacional e funciona como seguro ambiental no âmbito das mudanças climáticas; a implementação de práticas sustentáveis no ambiente corporativo,

como forma de compatibilizar desenvolvimento econômico e proteção ambiental; bem como o papel das comunidades quilombolas como modelos inspiradores de autonomia e resiliência socioambiental frente aos desafios impostos pela emergência climática.

Os trabalhos foram elaborados por pesquisadores comprometidos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, reafirmando a centralidade da cooperação interinstitucional e internacional – especialmente entre Brasil e Itália – para o avanço da justiça climática e a construção de alternativas jurídicas frente à emergência climática.

Convidamos os leitores e as leitoras a explorarem as reflexões aqui reunidas com espírito crítico e colaborativo, reconhecendo nestes trabalhos não apenas diagnósticos sobre os impactos das mudanças climáticas, mas também propostas concretas de transformação jurídica, institucional e social. Que este conjunto de pesquisas inspire novos diálogos, cooperações e ações efetivas em prol da justiça climática e da construção de um futuro sustentável para as presentes e futuras gerações.

Assinam esta apresentação:

Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI - Brasil

Valmir César Pozzetti

Universidade do Estado do Amazonas – UEA – Brasil

Universidade Federal do Amazonas – UFAM - Brasil

Maria Chiara Locchi

Universidade de Perugia – UNIPG – Itália

OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS NO AMBIENTE CORPORATIVO

THE CHALLENGES OF IMPLEMENTING NEW SUSTAINABLE PRACTICES AND ACTIONS IN THE CORPORATE ENVIRONMENT

Taís Viga de Albuquerque Oliva Souza
Pablo Oliva Souza
Sarah Clarimar Ribeiro de Miranda

Resumo

A capacidade de satisfazer os interesses econômicos com responsabilidade social tem sido o grande desafio empresarial. A busca em conciliar o lucro com a preservação da natureza tem sido um grande dilema corporativo e com a crescente globalização e competitividade no campo empresarial, o interesse das corporações em atender à responsabilidade social nos seus negócios também vem crescendo. A responsabilidade social corporativa tornou-se um fator de competitividade para os negócios, que, para ser atingido, depende de investimento no capital humano, capacitando os profissionais e colaboradores com conhecimentos e habilidades dentro da área de sustentabilidade ambiental, para trabalhar harmonicamente com o meio-ambiente. O Objetivo dessa pesquisa foi de analisar como as corporações podem manter-se lucrativas e ecologicamente equilibradas, cenário complexo e desafiador. A metodologia que se utilizou nesta pesquisa é a do método dedutivo; quanto aos meios a pesquisa foi bibliográfica, com o uso da doutrina, legislação vigente e documentos eletrônicos essenciais à pesquisa, quanto à finalidade qualitativa.

Palavras-chave: Boas práticas, Desafios, Desenvolvimento sustentável, Empreendedorismo, Meio ambiente

Abstract/Resumen/Résumé

The ability to satisfy economic interests with social responsibility has been a major business challenge. The quest to reconcile profit with the preservation of nature has been a major corporate dilemma, and with increasing globalization and competitiveness in the business field, corporations' interest in meeting social responsibility in their businesses has also been growing. Corporate social responsibility has become a competitiveness factor for businesses, which, to be achieved, depends on investment in human capital, training professionals and employees with knowledge and skills in the area of environmental sustainability, to work harmoniously with the environment. The objective of this research was to analyze how corporations can remain profitable and ecologically balanced, in a complex and challenging scenario. The methodology used in this research is the deductive method; as for the means, the research was bibliographic, using doctrine, current legislation and electronic documents essential to the research, as for the qualitative purpose.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Good practices, Challenges, Entrepreneurship, Environment, Sustainable development

INTRODUÇÃO

A presente resenha crítica tem o desiderato de abordar, em curtas linhas e sem o propósito de exaurir o tema: “o desafio do desenvolvimento sustentável a partir da implementação de novas práticas no ambiente corporativo”.

Remontam os livros de história que o ser humano tenha surgido na era Cenozoica no período denominado quaternário e, desde seu aparecimento, o homem-primitivo evoluiu aprendendo a estar em coexistência com o meio-ambiente, ao ponto de, com o passar dos milênios, transformar-se até em um admirador dos elementos naturais, confundindo-os, não raro, com Deuses, em várias crenças pagãs (Deus-sol, Deusa-chuva, Deus-do-trovão, etc), idolatria que levava ao respeito e à conservação da natureza.

O domínio das ciências e a evolução do homem moderno trouxe um novo olhar para a natureza, que passou a ser encarada como um meio de extrair os bens e produtos dos quais homens e mulheres entendiam necessidades, utilidades ou mero deleite. A cobiça humana e a busca incessante por mais riqueza, levou à exploração desenfreada dos meios naturais, acompanhada da revolução industrial do cotidiano. Porém, independente dos avanços, a única origem de matéria-prima continuava sendo a natureza e quanto mais se esgotavam os recursos naturais, mais o homem migrava para novas áreas para extrair de outras regiões a indispensável fonte para manter o padrão de vida das pessoas.

Desta feita, com o advento do século XX, um novo olhar sobre a relação do homem com o meio-ambiente fez a pauta ecológica e da sustentabilidade entrar no centro da discussão das grandes nações, como bem dito por Salustriano, Oliveira e Matos (2020, p.07):

“a sustentabilidade está atrelada à crescente demanda do avanço mundial, pelo surgimento da necessidade de ampliar

estudos que apresentem alternativas de uso dos recursos presentes no ambiente de maneira responsável, sem comprometer os bens e os sistemas envolvidos. Buscando minimizar os impactos, desenvolver a responsabilidade ambiental e fortalecer o crescimento sustentável. Pensar em desenvolvimento aliado à sustentabilidade, envolve aspectos econômicos, sociais e culturais.”

O próximo passo no século XXI foi trazer ao homem a inserção de hábitos e comportamentos culturais efetivamente voltados para um novo modelo de gestão ligado à sustentabilidade, sobretudo no que se refere à formação da sua estrutura corporativa e à educação ambiental, na mais perfeita conformação da premissa de desenvolvimento sustentável “que é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Na realidade hodierna, o discurso da sustentabilidade vem sendo utilizado à saciedade nos governos contemporâneos e nas grandes corporações, todavia, muitas vezes, apenas de modo retórico, sem as devidas aplicações práticas que a temática impõe, notadamente na abordagem da premissa: a sustentabilidade na gestão das corporações e nas ações das empresas.

A mudança de paradigma para o entendimento de quanto a preservação ambiental e a vida sustentável são imperativos atuais é mais do que uma simples escolha é a resposta para a sobrevivência e o bem-estar da raça humana, pois como bem asseverou o professor Redin (2021, p.76):

“as tendências econômicas, sociais, políticas, ambientais e tecnológicas começaram a se realinhar diante dos modelos de negócios para alavancar oportunidades e canais potenciais para restringir práticas insustentáveis, buscado minimizar o impacto social e ambiental e, em contrapartida otimizando a eficiência e desenvolvendo novos mercados para o desenvolvimento sustentável, e, ainda subsidiando com produtos e serviços em

resposta às megatendências globais emergentes quanto às mudanças climáticas, o esgotamento de recursos, alívio da pobreza e aumento da qualidade de vida, saúde e bem-estar”.

A metodologia que será utilizada nesta pesquisa é a do método dedutivo; quanto aos meios será bibliográfica, com uso da doutrina e documentos disponíveis na rede mundial de computadores; quanto aos fins, a pesquisa será qualitativa.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa é relatar a necessidade das empresas se adequarem a uma nova realidade, ao qual deverá estar em harmônica com meio ambiente, através de novos comportamentos e novas práticas dentro da organização.

A problemática que envolve esta pesquisa é: quais desafios encontrados para manter as empresas lucrativas em ambientes ecologicamente equilibrados?

1.OEMPREENDEDORISMO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

O reconhecimento da necessidade de desenvolvermos novas abordagens à temática do Empreendedorismo trouxe à baila o elemento “social” no âmago do Empreendedor.

A sociedade capitalista contemporânea avançou seu olhar ao simples ideal de enriquecer a qualquer custo, que, no princípio do capitalismo, distanciou o empresário da comunidade. Nesse cenário, que o empreendedorismo social tomou corpo e forma. Schumpeter (1942, p.12) relatou a importância desse tipo de atividade para a sociedade e afirmou que o empreendedor “assumiu a função de impulsionar a transformação na sociedade por meio da introdução de novos produtos, padrões produtivos ou processos, sendo visto como agente revolucionário.”

Para tanto, a inovação constituiu-se uma das principais ferramentas na formação de vantagens competitivas das empresas em correlação ao elemento social, do empreendedor moderno. Deste ideal, performa-se a cultura do intra-empendedorismo como meio de aumentar o nível de produtividade das corporações, aliado à premissa que o trabalho desempenhado pelo empreendedor representa no dizer de Pinchot(2004, p.07), uma “contribuição da pessoa à sociedade.”

Em caminho paralelo à inovação, o empreendedorismo está indispensavelmente ligado ao desenvolvimento sustentável das regiões habitadas pelo ser humano, com respeito ao meio-ambiente. A economista Raworth(2017, p.03), entende que um modelo econômico de sucesso é aquele que “equilibra entre necessidades humanas essenciais e as fronteiras planetárias”.

Os investimentos em sustentabilidade nas empresas socialmente responsáveis, traduzem nos seus balanços sociais também melhorias nos resultados das corporações, como demonstra artigo da Harvard Business School (2023, p.03):

“De acordo com uma apuração do Gartner, 87% dos líderes empresariais esperam aumentar os investimentos em sustentabilidade nos próximos dois anos, não apenas para atender às pressões de seus stakeholders, mas também porque 86% dos entrevistados entendem que, por meio desta prática, estão protegendo sua organização de disrupções.”.

Empreender é uma tarefa árdua. E para ser uma missão que congrega o desenvolvimento sustentável com inovação tecnológica, mister manter o foco na relação entre sociedade e natureza e nadicotomia entre ética e economia. O balanceamento deve ser indispensável nessas equações.

2.GESTÃO DE PESSOAS COMO FERRAMENTA DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL EMPRESARIAL.

Focado nos conhecimentos específicos ao tema competências necessárias aos profissionais corporativos com as demandas de sustentabilidade, depara-se com o desafio de aliar as práticas diárias dos diversos setores do empresariado, sem perder de vista o desenvolvimento sustentável, circunstância que demanda melhorias na gestão de pessoas para tal fim.

A força produtiva dos profissionais no mundo vem em constante evolução valorizativa dos trabalhadores que consigam reunir dentro de seu arcabouço pessoal um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que credencia o indivíduo a exercer determinado trabalho. Esse conjunto de virtudes e aptidões é nominado pela doutrina como competências, para a obtenção de alto desempenho em um trabalho específico e assunção de responsabilidades frente a situações de trabalho complexas ou até mesmo para medir a capacidade de entrega de uma pessoa, que, associada às suas capacidades, agregam valor ao negócio ou à empresa onde atua e a ele mesmo.

No âmbito dos profissionais da área de sustentabilidade, esse conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para exercer determinada atividade é ainda mais relevante e sopesado. Isto porque as demandas de sustentabilidade em ambiente corporativo têm natureza singular e dinâmica face aos desafios da consecução de objetivos de Responsabilidade Social Corporativa e da implementação de economia verde dentro das instituições.

Em estudo da relação entre a gestão por competências e a sustentabilidade corporativa, os pesquisadores Silveira, Oliveira e Pinto

(2016, p.18) apontaram um crescimento abordagem qualitativo quando implementada a gestão por competências (competências organizacional e individual com a interseção da competência social) nas práticas adotadas pelas empresas a respeito da sustentabilidade. Veja-se:

“A constatação do avanço acerca das ações empresariais sustentáveis e da gestão participativa e de uma maior preocupação quanto aos interesses dos stakeholders (colaboradores, clientes e consumidores, organizações não governamentais, fornecedores, instituições financeiras, associações de classe e entidades ligadas ao governo), tendo-se em vista o maior acompanhamento e alinhamento do Planejamento Estratégico e dos indicadores de desempenho nesse sentido.”

Diante deste panorama, válido concluir que a gestão por competências pode atuar como mecanismo direcionador das ações organizacionais voltadas à sustentabilidade. A aliança entre práticas de gestão sustentáveis e os modelos de competências adotados pelas organizações tendem a resultar em procedimentos benéficos para a sociedade, economia e meio ambiente. Como bem arremata o Artigo dos pesquisadores da Universidade Federal do Estado do São Paulo, Munck, Souza e Zagui(2012, p.17):

“Na visão dos gestores de pessoas entrevistados, a gestão por competência foi, consensualmente, admitida como fator de forte influência para as ações organizacionais voltadas para a sustentabilidade. Para eles o desenvolvimento de competências potencializa melhores práticas de gestão de pessoas, que, conseqüentemente, permitem melhores tomadas de decisões, as quais poderão ser orientadas por preceitos sustentáveis.”

Aliado ao pensamento esposado pelos cientistas da USP, a importância da gestão sustentável por competências na seara organizacional das

corporações se apresenta como novo pilar da estrutura moderna das empresas, como salientado por Moreira e Rodrigues (2023, p.10):

“Nesse cenário, a preocupação com a sustentabilidade organizacional tem levado a uma forte demanda por profissionais que sejam qualificados e que possuam competências agregadoras de valores (Mujtaba & Mubarik, 2022) que as organizações procuram. Cho et al. (2019) enfatizaram que a atuação da gestão de pessoas, com seus processos e práticas, funciona como fator fundamental para a vinculação entre a inovação e a sustentabilidade organizacional. A área de gestão de pessoas que busca identificar as competências e as habilidades dos colaboradores e oferta oportunidades a eles, pode gerar comportamento inovadores nos seus funcionários no ambiente de trabalho (Prieto & Pérez-Santana, 2014). Dessa maneira, os subsistemas e os processos da gestão de pessoas podem direcionar os talentos humanos da organização a terem atitudes e comportamentos que levem as empresas alcançarem a sustentabilidade (Galpin et al., 2015; Jamali et al., 2015; Ribeiro & Gavronski, 2021). Assim, as organizações devem alinhar as suas estratégias, aos procedimentos da gestão de pessoas, objetivando a melhoria da produtividade, a satisfação dos clientes interno e externo e a redução dos problemas ambientais (Schiemann, 2014). Portanto, é necessário que a área da gestão de pessoas seja considerada e integrada como parte essencial no planejamento das estratégias organizacionais (Taylor et al., 2012), visto que essa área pode colaborar para a otimização do desempenho e ao mesmo tempo, para atingir os objetivos organizacionais (Safwan, et al., 2012)”

Destaca-se o quanto as empresas estão empenhadas em manter as organizações ecologicamente corretas e os seus colaboradores envolvidos nessa temática de empresa e meio ambiente sustentável.

3.NEÓFITAS CAPACITAÇÕES PROFISSIONAIS E NOVA ROUPAGEM DE PRÁTICAS CORPORATIVAS VOLTADAS À SUSTENTABILIDADE.

A discussão acerca do Mercado de Trabalho aliada à pauta da sustentabilidade, faz frente aos seguintes dilemas: As corporações estão preparadas às demandas de preservação ambiental no corpo dos seus

funcionários, diante das perspectivas capitalistas de lucro? É possível aliar ambas as pautas sem perdas de empregabilidade e de salários dos empregados?

Sem dúvida, os questionamentos propostos são pertinentes, pois a viga-mestra das corporações ainda é pautada na dicotomia *capital x trabalho*, e o investimento na preservação do meio-ambiente, para as empresas se torna um gasto que por muito tempo não estava presente nos balanços das firmas, tanto na iniciativa privada quanto nas empresas públicas. A visão destes dilemas mudou a partir da evolução dos conceitos de empreendedorismo social e de responsabilidade social corporativa. Ambas as premissas que se refletiram nos *stakeholders* corporativos e no mercado de trabalho das empresas.

Na primeira definição como bem dizem os doutrinadores, Melo Neto e Fróes (2002, p.10) quando se fala de empreendedorismo social está se buscando novos paradigmas: “o objetivo não é mais o negócio do negócio [...] trata-se, sim, do negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal foco de atuação e na parceria envolvendo comunidade, governo e setor privado a sua estratégia”.

Noutra banda, ao detalhar o tema da responsabilidade social, os pesquisadores Megginson, Mosley e Pietri Jr. (1998, p.93) afirmam que “representa a obrigação da administração de estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir rumos de ação que são importantes em termos de valores e objetivos da sociedade”.

Observando o conceito de responsabilidade social pode-se concluir que a mesma é o envolvimento das empresas corporativas com parcerias de interesse que objetivam o resultado de uma sociedade melhor e mais humanitária e onde todos tenham vez, e, nesse cariz o empreendedor

assumiu a função de impulsionar a transformação na sociedade por meio da introdução de novos produtos, padrões produtivos ou processos, sendo visto como agente revolucionário, circunstâncias que findaram a modificar a ótica que as empresas e os empregadores detinham acerca do mercado de trabalho com valorização à sustentabilidade, o que trouxe como consequência a busca por profissionais com conhecimentos e habilidades, práticas e teóricas, na temática da preservação ambiental.

Dentro dessa premissa, tanto as profissões já existentes buscaram qualificações e estudo voltadas à sustentabilidade, como por exemplo: contadores ambientais, advogados ambientalistas; engenheiros ecológicos e florestais; designer de produtos sustentáveis, entre outros. E de outra banda, novas cadeiras profissionais surgiram para atuar nos neófitos “empregos sustentáveis” ou “profissionais verdes” ocupações diretamente conectadas à pauta da preservação da natureza, tais como: gerente de sustentabilidade; consultor de energia; especialista em EHS - Environment, Health and Safety; engenheiro de energia renovável; eco-construtor; especialista em gestão de resíduos; etc.

Aliado ao proposto, capacitar as profissões e atividades tradicionais com educação ambiental, sem dúvida, engendra substancial modificação nas condutas dos funcionários de qualquer corporação. A Educação Ambiental (EA) é uma boa resposta a preocupação básica dos dias atuais ao estado crítico do meio ambiente natural perturbado e desordenado. Para que se torne importante no contexto sociocultural, nas palavras de BOFF (2016, p.183): “privilegiar a racionalidade no saber ambiental é uma importante mudança de pensamento, de atitude e uma sensibilização da conservação ambiental, em relação ao indivíduo e ao coletivo”.

Consoante bem argumentado por Fonseca, Pacheco e Moura, acerca da Educação Ambiental (2021, p.180):

“A EA deve ser encarada como uma prática social e política, obrigatória, em que se deve acreditar que as regras podem mudar, assim como alterar o rumo, acreditar que no mundo atual o fruto de uma construção histórica se mantém a custa de mecanismos ideológicos de reprodução social (BARROS, 2009; LOUREIRO et al., 2014), nada mais do que acreditar que a escola e as instituições de ensino seriam o caminho mais eficaz de construir futuros indivíduos com consciência ambiental, com compreensão de criticidade suficiente de requerer padrões mais saudáveis ao meio ambiente natural e ao próprio modo de vida do ser humano, seja local, nacional ou global, como uma posição consciente e participativa, para a melhor qualidade de vida a todos (BRANCALIONE, 2016; AGUIAR et al., 2017) em que se torna importante no contexto sociocultural, privilegiar a racionalidade do saber ambiental. (...). Deve ser peça motriz que efetivamente forma um ser humano com o objetivo de cumprir o papel da conscientização auxiliando-o na aquisição da cidadania, da ética e da civilidade.”

Com efeito, capacitações direcionadas ao aprendizado ambiental dos funcionários de uma corporação podem e devem ser uma ferramenta para a sensibilização, a tomada de consciência, de atitudes e mudanças de comportamento que possibilitem integrar teoria e prática de maneira a estimular a ampliação da percepção e do protagonismo ambiental dos seus colaboradores. Em arremate do assunto, as pesquisadoras da Universidade Federal de Sergipe, Santos, Nascimento, Fontes e Oliveira (2017, p.05), marcam com maestria:

“A EA propiciou os indivíduos a enxergarem-se como pertencentes do meio e responsáveis pelo mesmo. O estímulo e a sensibilização são fundamentais nesse processo, pois faz com que o homem reflita sobre seu papel. Em um ambiente cooperativo não é diferente, pelo contrário, cada colaborador

pensa em si primeiramente e nega-se, muitas vezes, a tomar decisões simples em favor do meio ambiente. Para a empresa, a relação lucro/benefícios é tida como objetivo principal, deixando os interesses ambientais em segundo ou terceiro plano. O meio ambiente clama por socorro, os problemas são visíveis e a necessidade de ações mitigadoras é urgente, repercutindo nos ambientes familiares, educacionais, corporativos, isto é, cada meio deve ser responsável por incentivar e motivar a tomada de decisão nas mais diversas instâncias sociais”.

Atualmente, as modernas corporações possuem grande potencial para desenvolver novas práticas de seus colaboradores mais sustentáveis, ao longo dos próximos anos. Conforme levantamento dos professores Schmitt Junior, Beiler e Walkowski (2014, p.08): “como um todo, cerca de 10% (dez por cento) de todas as atividades empregatícias que existem no planeta, são catalogadas como ‘verdes’”, ou seja, foram pensadas, idealizadas ou ressignificadas para atender à crescente preocupação com aspecto de sustentabilidade no ambiente empresarial. Agora, o desafio está em continuar a implementar esse novo olhar em todas as atividades empresariais, capacitando os profissionais das mais variadas valências e papéis da iniciativa pública e privada, ao desempenho de práticas ambientalmente responsáveis – seja nas funções já existentes, seja nos empregos do futuro.

4. DESENVOLVIMENTO PRÓ-ATIVO DE AÇÕES EMPRESARIAIS FRENTE AOS MERCADOS DO AMANHÃ.

Inegável que o futuro das transações comerciais está em constante mutação. Dentro desta perspectiva, o que as empresas deverão considerar e incorporar nas suas gestões corporativas para terem sucesso no mundo contemporâneo? Como crescer de forma sustentável sem prejudicar

o meio ambiente? Quais são as tendências no setor de energia, transporte, alimentação?

A discussão acerca dos mercados do futuro, sem dúvida, traduz o que podemos esperar nas próximas gerações de uma sociedade econômica, social e ambientalmente responsável diante do aumento da oferta de produtos e do crescente consumismo. O primeiro questionamento está umbilicamente ligado ao que devemos esperar na vertente mercadológica das empresas do futuro? Com certeza uma matriz empresarial preocupada com um “futuro” saudável ao nosso planeta. Nessa linha, Silveira (2008, p.21) em abordagem minudente do tema, sublinha:

“Cada vez mais as empresas estão adotando práticas de ações de Responsabilidade Social, não só como parte do seu planejamento estratégico, mas também como uma forma de colaborar par a melhoria da sociedade e a preservação do meio ambiente”.

Com relação às perguntas sobre de forma as empresas deverão considerar e incorporar nas suas gestões corporativas para terem sucesso no mundo contemporâneo, sem prejudicar o meio-ambiente, acredito que a única alternativa é a sinergia de esforços de todos os atores sociais em busca do equilíbrio máximo do apotegma “desenvolvimento-sustentável”, cada um dos indivíduos consciente e atuante a incorporar, com clareza e de forma indissolúvel, as dimensões econômica, ambiental e social das ações humanas e suas conseqüências sobre o planeta e os seres que o povoam. Neste particular, impende ressaltar o magistério de Almeida (2002, p.06) de que:

“Ficaram para trás os tempos de primeiro, domínio do econômico e indiferença em relação ao ambiental; depois, preocupação apenas com a proteção da natureza, da qual o homem, com suas dores e necessidades, parecia alijado. No novo mundo tripolar, o paradigma é o da integração de

economia, ambiente e sociedade, conduzida e praticada em conjunto por três grupos básicos: empresários, governo e sociedade civil organizada.”.

No questionamento derradeiro, suscita-se quais são as tendências no setor de energia, transporte, alimentação, nestes mercados de futuro? Neste ponto, sobreleva ressaltar que estas grandes corporações representam parte significativa do PIB mundial e justamente, por isso, sublinha-se, com tintas ainda mais fortes, a responsabilidade social empresarial destes segmentos, tanto no ambiente privado como perante as instituições públicas, uma vez que boa parte da cadeia produtiva destas áreas está sob a condução de entes governamentais.

De mais a mais, estamos em um mundo em acelerada e constante mudança, com cenários nada promissores de restrições, catástrofes, desigualdades, promovidos pela mudança climática, pela perda de biodiversidade, pela escassez de água, pelo aumento da poluição, pelo aumento da população, pelo aumento da pobreza, da fome. Dito isto, as demandas de produtos e serviços aliados aos setores de energia, transporte e alimentação serão significadas na redução dos impactos destes cenários de futuro tão complexos.

Consoante argumentação detalhada dos doutrinadores Serra e Serra (2013, p.141/148) acerca do papel das citadas corporações na redução de desigualdades sociais e no combate à pobreza (assuntos intimamente ligados às empresas que fornecem serviços básicos como: alimentação, transportes e energia), sobreleva-se:

“Outro desafio para o desenvolvimento, simultâneo à problemática ambiental, é a redução da pobreza. Embora muitos países tenham alcançado um elevado grau de desenvolvimento humano, considerando as suas três dimensões

– vida longa e saudável, nível de conhecimento e nível de vida digno –, aproximadamente 1,4 bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento viviam em pobreza extrema em 2005, ou seja, com menos de US\$ 1,25 por dia (United Nations, 2010). A persistência da pobreza extrema é algo inaceitável quando não faltam recursos para o atendimento das necessidades básicas de toda a população. (...) Em primeiro lugar, destaca-se a conexão entre meio ambiente e saúde. A poluição do ar e da água pode provocar, respectivamente, infecções respiratórias e diarreia, que estão entre as principais causas de mortalidade entre crianças pobres. (...) Segundo, a relação entre meio ambiente e oportunidade econômica pode ser estabelecida por meio de três canais: i) renda, consumo e desigualdade; ii) saúde; e iii) educação. O acesso aos recursos naturais e sua qualidade são fatores importantes, sobretudo para os pobres das áreas rurais, uma vez que a alimentação e a renda muitas vezes dependem diretamente dos ecossistemas (...) Ainda em relação ao meio ambiente e às oportunidades, Veiga (2007) enfatiza a importância da educação científica, que depende de serviços básicos, como energia e saneamento. Investimentos em ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para que haja crescimento econômico com sustentabilidade ambiental, redução da pobreza e melhor qualidade de vida para o conjunto da sociedade”.

Todavia, para que o setor empresarial incorpore a cultura da ecoeficiência, a sociedade precisa exercer pressão, procurando consumir produtos de empresas que se preocupam com a preservação do planeta, o que ainda não está incorporado a cultura do consumidor contemporâneo, no conceito atual de ecoeficiência. Rememoro as palavras dos professores Paula, Waltrick e Pedroso (2017, p.13), em obra específica do assunto:

“A ecoeficiência deve ser um posicionamento estratégico, com metas definidas, com sistemas de medição e auditorias, desenvolvendo novos processos e produtos. Para o sucesso na

busca da ecoeficiência é fundamental o comprometimento e conscientização dos gestores. Os ganhos das empresas que investem em ecoeficiência, vão desde a redução de custos de matéria prima, até vantagens com a melhoria da imagem perante os consumidores e concorrentes. Investir em ecoeficiência torna a empresa mais competitiva e aumenta a conscientização da sociedade”.

As proposições, caminhos e alternativas analisadas neste trabalho, especialmente no que tange aos melhores métodos e práticas sustentáveis a serem adotadas pelos profissionais e colaboradores das instituições, revela-se como um novo norte magnético no qual a bússola das corporações devem se guiar, sob pena de perder-se diante de um novo cenário globalista onde estão indissociáveis as duas maiores grandezas: crescimento corporativo e preservação do meio-ambiente.

CONCLUSÃO

A problemática que envolve esta pesquisa foi a de analisar quais ações poderão ser tomadas pelas corporações para manter-se competitiva no mercado adotando o desenvolvimento sustentável em suas práticas comercial e juntamente com colaboradores das empresas comerciais.

Os objetivos gerais e específicos da exposição dos desafios das corporações em introduzir práticas sustentáveis no ambiente empresarial foram cumpridos, mediante exegese da atual doutrina mundial e dos estudos realizados por vários pesquisadores sobre o tema, do que, sublinha-se, que a responsabilidade social empresarial significa para as organizações um diferencial competitivo, tanto no ambiente privado como perante as instituições públicas, sejam eles: acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, concorrentes, comunidade governo e sociedade.

Com a crescente globalização e competitividade entre as corporações, o interesse das empresas em atender a responsabilidade social

com sustentabilidade também vem crescendo, junto com a consciência da coletividade de que não é possível prescindir do cuidado ao meio-ambiente nas relações de consumo.

Com olhos centrados nesse horizonte, este estudo busca contribuir com a pesquisa científica evidenciando informações vinculadas às questões sociais/ambientais, em paralelo aos indicadores e diversos parâmetros contemporâneos que se apresentem mecanismos de mensuração em busca de uma melhor forma de apresentar relações sociais entre as empresas e a sociedade.

A responsabilidade social corporativa tornou-se um fator de competitividade para os negócios. Unindo-se ao preço e a qualidade do que se produz, empreender com atenção ao desenvolvimento sustentável com foco na relação entre sociedade e natureza e relação entre ética e economia, na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Para tanto, a conscientização de todas as pessoas envolvidas é uma forma de alcançar este objetivo. Promover mudanças de atitudes sob uma organização não é tão simples, mas, é possível realizar a partir de gestos e condutas concretas dentro das instituições empresariais, no desiderato de produzir cidadãos conscientes para uma sociedade com vias de sustentabilidade. As mudanças devem começar dentro das próprias empresas, respeitando os parâmetros ambientais e investindo no capital humano em busca de respostas e resultados efetivos dos melhores comportamentos ambientais que estejam ao alcance de cada corporação, pública ou privada.

No cerne da questão da preservação do meio ambiente e a adoção de práticas sustentáveis, o juriconsulto Valadá (2023, p.03) alerta que devem fazer parte da cultura corporativa das empresas, a proteção do meio ambiente:

“A responsabilidade das empresas em relação ao meio ambiente é uma questão relevante na atualidade, e a legislação busca regulamentar e incentivar práticas ambientalmente

responsáveis por parte das empresas. A responsabilidade civil, administrativa e penal são as principais formas de responsabilização das empresas por danos ambientais, e o princípio do poluidor-pagador estabelece a obrigação de arcar com os custos de prevenção, controle e reparação dos danos causados ao meio ambiente. Além disso, a adoção de medidas de prevenção e mitigação por parte das empresas é fundamental para promover a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

No entanto, é importante destacar que a responsabilidade das empresas em relação ao meio ambiente não se limita apenas ao cumprimento de obrigações legais, mas também envolve uma postura ética e responsável em relação aos impactos ambientais de suas atividades.”

A Importância e o relevo de um desenvolvimento socialmente responsável empresarial só ocorrem a partir de um novo pensar corporativo, que, surja internamente, num movimento endógeno que se inicia nas entranhas da organização, com a identificação de sua cultura organizacional, preocupada com os aspectos sociais dos colaboradores e com a mudança das práticas de gestão e de resultado com foco na sustentabilidade, sob todas as acepções que esta palavra possui.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALENCAR, Jonathan Barbosa. **Responsabilidade Social Empresarial**. Rio de Janeiro: Estudo e Administração, 2016.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2002.

ARRELARO, Eduardo. **O Balanço Social e sua importância dentro das empresas**. Disponível em: <https://qive.com.br/blog/balanco-social/>. Consultada em: 26 jun.2023.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade. O que é – o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CAUBET, Christian Guy. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Editora Manole, 2006.

DUARTE, Bruna. **Balancos sociais- análise das corporações com e sem selo da BMF – Ibovespa**. Lajeado: Universidade do Vale do Taquari, 2018.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão por competências**. 2. ed. São Paulo: Gente, 2001.

FONSECA, Camila Oliveira G. V.; PACHECO, Clecia Simone G. R.; MOURA, Rosimary de Carvalho. **Educação ambiental contextualizada em escolas da zona urbana**. Revista Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. 1. ed. Guarujá: Científica Digital, 2018.

GODOY, Sara G. Marques de; PAMPLONA, João Batista. **O protocolo de kyoto e os países em desenvolvimento**. Revista eletrônica: pesquisa & debate, SP, volume 18, número 2 (32), 2010.

HARVARD BUSINESS SCHOOL, on line. Disponível em: <https://online.hbs.edu/blog/post/esg-investment-strategies.%20Acesso%20em>, consultada em 26 jun. 2023

MAIA, Gabrielle; ANDRADE, Walter. **A função da gestão de pessoas no processo endógeno de responsabilidade social**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2018.

MARQUES, Vagner Antônio; COLARES, Ana Carolina Vasconcelos; MAIA, Saulo Cardoso. **Sustentabilidade e desempenho empresarial: uma comparação entre os indicadores de rentabilidade das empresas participantes do mercado de capitais**. Revista do XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte, MG, Brasil, 2010.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C. & PIETRI, JR, Paul H. **Administração – Conceitos e Aplicações**. 4ª ed. São Paulo: HARBRA, 1998.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOREIRA, Diany Alves Araújo alves, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374221721_GESTAO_POR_COMPETENCIAS_COMO_FERRAMENTA ESTRATEGICA PARA MANUTER_A_SUSTENTABILIDADE_ORGANIZACIONAL, consultada em 13 mar, 2025.

MUNCK, Luciano; SOUZA, Rafael e ZAGUI, Cristiane. **A gestão por competências e sua relação com ações voltadas à sustentabilidade.** Artigo DOI: 10.5700/rege 429. USP. v. 19, n.3, p.371-389, 2012.

OLIVEIRA, André Soares. **A Liderança dos Países Desenvolvidos no Acordo de Paris: reflexões sobre a estratégia do Namingand Shaming dentro do Balanço-Global.** Revista eletrônica: Seqüência, n. 81, p. 155-180, Florianópolis, 2019.

PAULA, Ana; WALTRICK, Maria e PEDROSO, Sandra. **Sustentabilidade organizacional: desafio dos gestores frente às questões ambientais.** Belo Horizonte – MG: Poisson, 2017.

PINCHOT, Gifford; PELLMAN, Ron. **Intraempreendedorismo na prática.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Protocolo de Quioto e legislação correlata. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

RAWORTH, Kate. **Donut Economics: SevenWaystoThink Like a 21st-Century Economist.** Oxford, 2017.

RELATÓRIO BRUNDTLAND - **Our Common Future. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Noruega, 1987.

SANTOS, Marília Barbosa; NASCIMENTO, Laiane Agne; FONTES, Andreia Reis; OLIVEIRA, Maria Gabriela Santos. **A educação ambiental no ambiente corporativo.** Revista EA n.60-UFS – Universidade Federal de Sergipe: Aracajú, 2017.

SALUSTRIANO, Raissa R. Silva-Matos; OLIVEIRA, Analya Roberta Fernandes; MATOS, S. dos Santos. **O meio ambiente sustentável 2.** Ponta Grossa: Atena, 2020.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, SocialismandDemocracy.** London: Routledge, 1942.

SCHMITT JUNIOR Ademir; BEILER Grazielle; WALKOWSKI Marcelo. **Empreendedorismo social e responsabilidade social: uma abordagem conceitual - VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – www.convibra.com.br, 2014.**

SENADO FEDERAL. **Protocolo de Quioto e legislação correlata.** Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília: 2004.

SERRA, Adriana; SERRA, Maurício. **Pobreza e Meio Ambiente: o caso dos municípios paranaenses.** Revista UNICAMP: Planejamento e Políticas Públicas | ppp | n. 40, 2013.

SILVA, Fabiano André G.; BEZERRA, Douglas M. **Empreendedorismo social e educação popular: há relação teórica?** Revista Espaço Acadêmico, n.120, 2021.

SILVEIRA, Clécio Danilo Dias da. **Educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: investigações, desafios e perspectivas futuras.** Curitiba: Editora Bagai, 2021.

SILVEIRA, Marcelle; OLIVEIRA, Fabíola e PINTO, Francisco. **Estudo da relação entre a gestão por competências e a sustentabilidade corporativa.** Anais do V SINGEP – São Paulo – SP, 2016.

SILVEIRA, Natani Carolini. **Aplicação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial: estudo de caso com uma empresa da Economia em Comunhão.** São Paulo: Universidade Federal de São Paulo – USP, 2008.

VALADÁ, Carlos Alberto Cesário. **A Responsabilidade das Empresas em Relação ao Meio Ambiente: Uma Análise Jurídica,** consultada em: <https://www.aasp.org.br/noticias/a-responsabilidade-das-empresas-em-relacao-ao-meio-ambiente/>, consultada em 13 mar. 2025.

VASCONCELOS, Tarcila B.; MIKI, Adriana F.C.; NÓBREGA, Pedro I. S. **Uma análise comparativa do empreendedorismo social nas macrorregiões brasileiras.** Editora Uniji, v. 56, n. 56, 2021.